

Pobres vantagens comparativas

UNIÃO EUROPÉIA FAZ ESCANDALOSA APOLOGIA DO PROTECIONISMO
AGRÍCOLA

MARCELO DE PAIVA ABREU

Mesmo os que apóiam a nova política imperial dos EUA estão tratando de relativizar o júbilo com a vitória militar com o reconhecimento de que há dois difíceis processos de reconstrução na agenda de Washington. A primeira reconstrução, mais trivial, é a da economia e da vida política do Iraque como nação independente, em meio a razoável número de maus exemplos no mundo árabe, inclusive na parte caudatária da doutrina norte-americana baseada na real politik: "Ditadura vale, desde que controlada por nós." A segunda reconstrução, ainda mais complexa, é a do sistema de alianças pré-ruptura no Conselho de Segurança da ONU. As perspectivas de sucesso, mesmo a médio prazo, são sombrias.

Entre os elementos mais importantes do sistema multilateral destaca-se o conjunto de acordos negociados no âmbito do General Agreement on Tariffs and Trade e de sua sucessora, a Organização Mundial do Comércio. Ironicamente, na OMC hoje, em total contraste com a situação política internacional, os EUA jogam o papel de good guy e deixam à União Européia o papel de vilão. A França, que recebeu de bandeja o papel de paladina do comedimento democrático, joga ali um papel mais familiar, o de defensora encarniçada da manutenção do protecionismo agrícola.

O lançamento da rodada de Doha na OMC sempre pareceu algo artificial. Mais do que tudo resultou de notável façanha de redatores talentosos e matreiros em busca de pretensos consensos baseados em linguagem ambígua. Um outro fracasso na OMC, depois de Seattle, estava fora de cogitação. Pretendeu-se, assim, superar as reticências dos EUA quanto a antidumping e da União Européia quanto à agricultura. No último dia 31, chegou a hora da verdade: o prazo fixado em Doha para definir as bases da negociação agrícola esgotou-se sem acordo, principalmente devido à resistência da União Européia em reduzir a proteção.

Em artigo no Financial Times (31/3/03), os comissários europeus Fischler e Lamy, visando minimizar os prejuízos acarretados pela intransigência européia, desenvolveram teses que beiram o grotesco. O cerne do argumento é a denúncia do que lhes parece a posição egoísta do grupo de Cairns de produtores agrícolas eficientes de se arvorarem o "direito ilimitado de explorar as suas inegáveis vantagens comparativas".

Para justificar esta inusitada qualificação do argumento ricardiano os comissários utilizam dois truques. O primeiro é o de defender o protecionismo europeu e de outras economias desenvolvidas - Japão, Noruega, Suíça, Coréia do Sul -, alegando que a adoção das propostas exageradamente liberais do grupo de Cairns afetaria desfavoravelmente os "países em desenvolvimento". A União Européia apresenta-se como defensora dos países em desenvolvimento, tentando manipular o grupo de suas ex-colônias que gozam de tratamento preferencial no mercado europeu. Entretanto, a maioria do grupo de Cairns é de economias em desenvolvimento, inclusive o Brasil, e o aumento de preços agrícolas que adviria da liberalização profunda pode ser perfeitamente compensado por programas de apoio específico aos países importadores de produtos agrícolas.

O segundo truque está relacionado à "multifuncionalidade". Segundo os europeus, os argumentos em favor das políticas de sustentação de sua agricultura ineficiente devem abarcar temas tais como a preservação da vida rural e do meio ambiente bem como a segurança alimentar. O problema é que o grosso dos estragos causados pela política agrícola européias nos mercados mundiais pouco tem a ver com a manutenção da onírica vida rural retratada pelos negociadores europeus. É só pensar na triticultura de larga escala da bacia parisiense e, mais genericamente, na concentração dos benefícios

da PAC em mãos dos grandes agricultores. Não há nenhuma relação com a preservação da diversidade sempre recordada pelos negociadores europeus. A reorientação dos gastos com agricultura, desvinculando subsídio e produção, seria um grande avanço na direção de diminuir os danos aos produtores agrícolas eficientes.

A posição atual da União Européia é uma demonstração cabal das dificuldades de dismantelar-se o protecionismo. No Brasil, depois de um período razoavelmente longo de comportamento circunspecto dos demandantes de alta proteção, há indícios de recaída. Os defensores da adoção de critérios discricionários na política comercial (algo semelhante ao velho dedazo da escolha presidencial na política mexicana) começam a colocar as mangas de fora. O Brasil precisaria produzir mais 700.000 veículos por ano, pois a indústria não pode sustentar os atuais níveis de capacidade ociosa. Depois de ordenhar a Viúva, obtendo todo o tipo de benefícios no quadro do regime automotivo do primeiro governo FHC exatamente para criar capacidade, agora é preciso mais recursos para manter a capacidade mal planejada em uso.

O campo de ação destas reivindicações é amaciado pela artilharia usual, com citações de exemplos de sucesso do dedazo na "criação" de vantagens comparativas. De fato, é verossímil que nem todas as decisões de política industrial tomadas no País tenham sido desastrosas, mas um exemplo de sucesso não resgata a "escolha de vencedores". Avaliar política industrial com base na escolha discricionária dos casos coroados de sucesso parece procedimento discutível, baseado em critério de amostragem muito peculiar.

Talvez tenha sido mal entendido o que é de fato "escolha de vencedores".

Deve ser a arte de escolher só os casos de política industrial que deram certo e de esquecer os insucessos.

Marcelo de Paiva Abreu é professor em licença sabática do Departamento de Economia da PUC-Rio